



UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA LTDA.

Faculdade Peruíbe

Avenida Darcy Fonseca, 530 - Jardim dos Prados - CEP: 11750-000 - Peruíbe/SP
CNPJ: 67.172.676/0008-00 - Tel.: (13) 3456-3055 / 3456-2979 - www.faculdadeperiube.com.br

unisepe[®]
EDUCACIONAL

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO

Faculdade de Peruíbe - FPbe



UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA LTDA.

Faculdade Peruíbe

Avenida Darcy Fonseca, 530 - Jardim dos Prados - CEP: 11750-000 - Peruíbe/SP
CNPJ: 67.172.676/0008-00 - Tel.: (13) 3456-3055 / 3456-2979 - www.faculdadeperuibe.com.br

unisepe[®]
EDUCACIONAL

1. A INSTITUIÇÃO

A sociedade de Cultura e Educação do litoral Sul Ltda., -SCELISUL (cód.184) foi mantenedora da Faculdade Peruíbe –FPBE criada pela portaria MEC n. 564 de 09 de maio de 2008 publicada do D.O.U do dia 12/05/2008. O credenciamento da Faculdade Peruíbe ocorreu através do parecer CES 76/2008, publicado em 23 de abril de 2008.

A IES iniciou as suas atividades no ensino superior na região ministrando o curso de Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar, magistério das matérias pedagógicas do Ensino Fundamental e médio, supervisão escolar e orientação educacional, criado e autorizado pela portaria MEC/SESU n 352 de 16/05/2008, publicado em 19/05/2008, e pelo curso de Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas, criado e autorizado pela portaria MEC/SETEC N Documento n 242 de 30/05/2008, publicado em 02/06/2008.

No ano de 2013 o curso de enfermagem teve autorização pela portaria MEC/SESU No. 18 de 23/01/2013, publicado no D.O.U de 24/01/2013. No ano de 2014 a IES passou pelo processo de reconhecimento do curso de administração, que teve sua autorização pela portaria MEC/SETEC N 67 de 29/01/2015, publicada em 30/01/2015. Houve também o reconhecimento do curso de Ciências Contábeis pela portaria SERES No. 311 de 28/04/2015, publicada no D.O.U em 29/04/2015. Por meio do processo n 20080001970, data de abertura 31/10/2008, a faculdade Peruíbe – FPBE mantida pela sociedade de cultura e educação do litoral sul – SCELISUL (cód. 184) solicitou o seu pedido de transferência de manutenção para a União das instituições de serviços, ensino e Pesquisa Ltda. – UNISEPE (Cód. 715). No ano de 2015 a IES teve autorização dos cursos de licenciatura e bacharel para educação física.

A IES se insere no contexto regional aproveitando os potenciais turísticos, ambientais e culturais da região da baixada santista e no litoral sul do estado de São Paulo, viabilizando o planejamento da oferta do ensino e da extensão para a população regional.

2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FACULDADE DE PERUÍBE

2.1. Concepção de Avaliação Institucional

O governo definiu em sua Política Nacional de Educação, Lei nº. 9131, de 1995, parâmetros avaliativos com a finalidade de “zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem”. Promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, ficou definido claramente o papel da Avaliação Institucional para fins de processos de credenciamento e recredenciamento das Instituições de Educação Superior.

A partir de 14 de abril de 2004, o governo instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº. 10.861, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições, realizada por meio da autoavaliação e da avaliação externa, avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes.

No intuito de realizar a autoavaliação das instituições, o SINAES determina que cada IES constitua uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) para ser responsável pela “condução dos processos de avaliação interna da instituição, pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP”. Cada CPA, parte integrante do SINAES e cadastrada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compõe-se de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Sua função é coordenar o processo interno de avaliação da IES e disponibilizar informações para que sejam estabelecidas estratégias de ação à melhoria das condições de ensino oferecidas pela instituição.

A partir do momento em que o governo mudou a política de avaliação da Educação Superior, a Faculdade Peruíbe buscou articulação das orientações e determinações governamentais aos aspectos anteriormente adotados pela Comissão de avaliação Institucional que já se encontravam consolidados.

O modelo de auto avaliação já institucionalizada abrangia os segmentos discentes, docentes e o corpo técnico-administrativo e contribuía para a tomada de decisões dos gestores. Com a publicação da Lei do SINAES, a comissão de avaliação institucional foi

reorganizada e, atualmente, com a denominação de Comissão Própria de Avaliação (CPA), compõe-se de um representante técnico-administrativo, um representante discente, um representante docente, um representante dos coordenadores de curso e um representante da comunidade civil organizada.

2.2. OBJETIVOS

Orientado pelas diretrizes anteriormente citadas o processo avaliativo a ser desencadeado na Faculdade de Peruíbe, visa atender a lei que institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura avaliativa e o auto conhecimento sobre a Faculdade de Peruíbe, bem como, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão, gestão universitária e, ainda, a convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

2.2.1 Específicos

- Sensibilizar constantemente todos os segmentos das Faculdade de Peruíbe para a importância da avaliação institucional.
 - Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.
 - Implantar uma cultura de avaliação orientada por um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional.
 - Desenvolver e implementar estruturas flexíveis e integradas de avaliação que possam subsidiar a tomada de decisão, apoiando-se em informações quantitativas, mas imprimindo ao processo ênfase de qualidade educativa.
 - Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional em direção a realização de sua missão, suas metas e objetivos.
 - Identificar dificuldades, realizações e avanços dos setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Faculdade de Peruíbe.
-

- Colocar à disposição de toda a comunidade acadêmico-administrativa informações que permitam a atualização do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** da Faculdade de Peruíbe.
- Instalar um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso com a participação dos diferentes segmentos da Faculdade garantindo às democratizações das ações.
- Responder as demandas das comissões externas de **avaliação**, no contexto do **SINAES**.

3. ETAPAS

O desafio de avaliar é obter a melhor informação possível para as pessoas que dela precisam, considerando-se as características e limitações de cada situação. Nesta perspectiva a auto-avaliação da Faculdade de Peruíbe utilizará abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, aplicando técnicas e instrumentos válidos e fidedignos, adequados à natureza da informação desejada.

A partir das diretrizes do SINAES, a auto-avaliação da Faculdade de Peruíbe irá se desenvolver em três etapas, cada uma compreendendo ações relevantes para um efetivo desenvolvimento da auto-avaliação.

Primeira etapa – PREPARAÇÃO

- Constituição de CPA.
- Sensibilização da comunidade a fim de envolvê-la na construção da proposta avaliativa.
- Elaboração do projeto de auto-avaliação.

Segunda etapa – DESENVOLVIMENTO

- Levantamento de dados e informações.
- Análise de informações. Relatórios parciais.

Terceira etapa – CONSOLIDAÇÃO

- Relatório final.
- Divulgação.
- Revisão Crítica.

3.1 Dimensões e Indicadores

A Lei no. 10.861/04, art. 3º., estabelece as dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional. Cabe às IES, atendendo às suas peculiaridades, adotar os seus processos de auto-avaliação. Nas Faculdade de Peruíbe, optou-se pela sugestão da CONAES de dividir o roteiro de auto-avaliação em dez (10) dimensões: Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa e a pós-graduação; política para a extensão e responsabilidade social da instituição; política de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho; comunicação com a sociedade; organização e gestão da instituição; infra-estrutura física; planejamento e avaliação dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; política de atendimento a estudantes e egressos; e sustentabilidade financeira da IES.

Ao se avaliar cada dimensão, embora em momentos distintos, faz-se recorrência às demais, garantindo-se, assim, a indissociabilidade entre o ensino em seus diferentes níveis, a pesquisa, a extensão e a gestão para possibilitar uma visão mais globalizada das atividades desenvolvidas na Instituição.

Os indicadores de desempenho estabelecidos pela Faculdade de Peruíbe constituem-se em uma série de medidas qualitativas e quantitativas de entrada, de processo ou de resultados usados para descrever o funcionamento da instituição. São definidos em termos de índices que refletem eficiência, produtividade ou eficácia, assim separados:

- Eficiência – são indicadores que relacionam insumos e produtos. Refere-se a uma combinação ótima de recursos para produzir um determinado produto, o que quer dizer produzi-lo ao menor custo. Exemplo: o custo por aluno formado.
- Produtividade – são indicadores que relacionam insumos e produtos medidos em unidades físicas. Exemplos: trabalhos publicados por professor, relação professor-aluno e quantidade de alunos por sala.
- Eficácia – são indicadores que mostram até que ponto os objetivos da instituição foram atingidos. Exemplos: qualidade do curso de graduação, número de alunos formados, volume de trabalhos publicados, dentre outros.

É fundamental estabelecer claramente os indicadores que nortearão a avaliação, pois estes são imprescindíveis quando da elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

A definição dos indicadores da Avaliação Institucional da Faculdade de Peruíbe será revista a cada semestre, de acordo com a análise de sua realidade educacional e com a confiabilidade das informações coletadas.

A inter-relação entre os indicadores e as dimensões que concebe a Faculdade como um todo, vai passar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados que nortearão o processo avaliativo por meio de núcleos e indicadores considerados no processo. Tais elementos serão também orientadores dos procedimentos de coleta e interpretação dos dados da realidade institucional.

3.2 Metodologia e Formas de Participação da Comunidade Acadêmica e Técnica-Administrativa

O que se discute não é se a avaliação deve ser realizada, mas de que forma ela deve processar-se. Para que o processo tenha êxito é necessária à participação efetiva de todos os envolvidos. Assim, cada segmento da comunidade acadêmica será representado na comissão de avaliação a ser constituída e cada indivíduo poderá influenciar diretamente no processo, já que além da opinião expressa nos formulários a serem preenchidos, os relatórios produzidos nas reuniões setoriais serão utilizados como instrumentos importantes para as conclusões finais.

Nas Faculdades, o processo avaliativo é programado em três diferentes momentos: Sensibilização e elaboração do projeto de auto-avaliação, Coleta de Dados (Tratamento e interpretação dos dados) e Comunicação (resultados e relatórios).

3.2.1 Sensibilização e elaboração do projeto de auto-avaliação.

A construção coletiva do Projeto de Auto-Avaliação Institucional integrou, e ainda integra, atividades desencadeadas e coordenadas pelos membros da CPA procurando estimular os fluxos de envolvimento dos atores institucionais. Assim sendo, a proposição do Projeto foi construída em diálogo com a comunidade, através da análise crítica e legitimação dos instrumentos de coleta de dados. Esse caminho percorreu momentos importantes: a elaboração das propostas preliminares dos instrumentos de coleta de dados, e a redação do Projeto de Auto-Avaliação Institucional, propriamente dito.

Para a elaboração dos **instrumentos de coleta de dados**, será realizada uma análise e revisão detalhada, seguida de discussão dos indicadores que nortearão a avaliação citados anteriormente, a fim de elaborar um instrumento que venha coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição. Na construção deste material serão consideradas as especificidades da instituição e as diretrizes e orientações constantes dos documentos oficiais.

A elaboração dos instrumentos de coleta de dados, levará em consideração as experiências existentes na Faculdade, reafirmando seu caráter formativo e processual que se pauta nos princípios da participação, transparência e continuidade.

Todo processo avaliativo deve levar em consideração questões básicas como conscientizar os participantes sobre a concepção e os objetivos da avaliação, seus critérios e a forma como serão utilizados seus resultados. Implica, também, torná-los conscientes de que são membros partícipes da Instituição, devendo assumir a responsabilidade com as diretrizes da Instituição.

A adesão da comunidade acadêmica ao processo de avaliação é extremamente importante para o sucesso da qualidade do ensino e da instituição como um todo. Entretanto, essa adesão só poderá acontecer se houver uma conscientização sobre o papel da avaliação

como processo que não pretende ameaçar ou punir, mas que visa a promover a reflexão sobre as diferentes ações desenvolvidas com vistas ao seu aperfeiçoamento.

O conhecimento da ética do processo e a segurança do propósito da avaliação levam todos à confiança e ao desejo de que ela faça parte de seu dia-a-dia.

Buscando a consolidação da etapa de sensibilização e a melhor participação da comunidade acadêmica no processo de construção do Projeto de Auto-avaliação, serão realizadas reuniões com a comunidade acadêmica, com o intuito de atingir alguns objetivos, como um evento oficial de divulgação da avaliação envolvendo um maior número de pessoas dos diferentes segmentos, como um momento de conscientização junto à comunidade acadêmica do papel da avaliação com caráter formativo e da importância na participação do processo de avaliação e o terceiro como um espaço de aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica.

A sensibilização será feita pela equipe da CPA e divulgada por meio dos coordenadores e professores para toda a comunidade escolar. A divulgação dos critérios da auto-avaliação foi socializada através do sítio da faculdade www.faculdadeperuibe.com.br

3.2.2 Coleta de Dados

Essa etapa do processo de avaliação caracteriza-se pela aproximação do empírico amparada por instrumental especialmente construído, buscando desvelar os sentidos das práticas, com a “direção do olhar” previamente definida pelo grupo dos atores institucionais. Demanda, portanto, uma diversidade de ações relativas tanto à forma de coleta de dados, como ao processamento, às análises e interpretação das informações levantadas.

Nas Faculdades a coleta de dados será realizada por meio de instrumentos diversificados, tais como: questionários, formulários, entrevistas e relatórios de diversos bancos de dados da Instituição permanentemente revistos e reconstruídos para atender às necessidades de cada contexto.

Os questionários, aplicados para alunos, professores e funcionários, impressos ou via *Internet*, terão o mesmo tratamento, com o intuito de coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição.

As reuniões realizadas com a Diretoria, Comissão de Avaliação Institucional e Coordenadores de Curso, por serem coletivas, serão utilizadas para uma melhor compreensão do universo das igualdades e diferenças, para diagnosticar e atender as especificidades de cada unidade de ensino. Ao longo do período letivo, os docentes serão ouvidos em reuniões, e os representantes discentes em reuniões com os coordenadores de curso. As sugestões ou reivindicações da comunidade acadêmica poderão, ainda, ser apresentadas por meio de endereço eletrônico ou diretamente com a Comissão de Avaliação.

3.2.3 Tratamento e Interpretação dos Dados

Algumas ações serão dimensionadas neste período como o estabelecimento de critérios que orientarão os julgamentos avaliativos, tomando como referência os objetivos expressos no PDI e o PPI e o processamento, análise e interpretação dos dados de avaliação, incluindo para tanto, a utilização de softwares disponíveis que atendam as características dos dados levantados.

Dois serão os tratamentos aplicados aos dados coletados na Faculdade, o quantitativo e o qualitativo. O resgate dos dados quantitativos será feito por meio do sistema estatístico informatizado, construído para uso exclusivo da Comissão de Avaliação das Faculdades.

Os relatórios dos dados qualitativos serão confrontados com os dados estatísticos, buscando complementar e enriquecer o conhecimento das variáveis e aspectos focalizados. A análise e interpretação de todo o conjunto de informações coletadas e sistematizadas servirão não só para a elaboração do relatório descritivo da realidade da Faculdade mas, principalmente, para a identificação das causas, tanto do funcionamento adequado quanto dos problemas detectados.

Finalmente, será produzido o relatório bem como documentos voltados aos vários setores avaliados, que constituem elementos importantes para o replanejamento dos setores acadêmicos e administrativos.

Planejamento dos instrumentos de avaliação/Validação												
Coleta de dados												
Tabulação de dados												
Integração de dados												
Relatório final												
Divulgação de resultados												

4. Reflexos da Avaliação

4.1. Estratégias de Utilização dos Resultados da Avaliação

A avaliação realizada com a finalidade de alimentar a tomada de decisões tem uma vocação básica, transformadora, na medida em que se propõe como tarefa principal aprimorar o modo como a comunidade resolve seus problemas.

As transformações provenientes dos resultados da avaliação visam a um aperfeiçoamento do desempenho dos recursos humanos e a uma melhoria na programação dos cursos oferecidos pela instituição.

As reflexões da Comissão de Avaliação sobre o trabalho desenvolvido levará à conclusão de que, entre outros, três aspectos são essenciais para o sucesso da avaliação: a sensibilização de todos os recursos humanos da instituição para o cumprimento da avaliação; o *feedback*, que favorece a cada membro da instituição o conhecimento de seu desempenho, ajudando-o a criar mudanças e estimulando-o ao aperfeiçoamento profissional; e a tomada de decisões, resultante da troca contínua de informações entre avaliadores e administradores para correção das medidas adotadas com vista à melhoria da formação profissional.

A avaliação deve possibilitar à comunidade acadêmica analisar os processos contraditórios que permeiam a vida universitária e refletir sobre a possibilidade de se adotar uma atitude mais globalizada frente à problemática educacional. Nessa perspectiva,

a comunidade acadêmica terá em mente que a avaliação, quando usada com finalidades e objetivos transparentes, pode servir à causa da educação e à mudança de posicionamentos no interior da instituição, manifestando-se em ações concretas e decisões explícitas.

Desta forma, a operacionalização da tomada de decisões feitas pelas Faculdades poderá gerar resultados em relação à Infra-estrutura, Equipamentos, Projetos Institucionais, Aspectos Pedagógicos e outros.

A utilização da avaliação será feita partindo-se da discussão dos resultados obtidos dentro de cada unidade com o objetivo de se elaborar um documento com propostas de medidas a serem implementadas visando a corrigir ou melhorar o desempenho da respectiva unidade. Esses documentos serão discutidos em nível setorial gerando novas propostas que subsidiarão um relatório final a ser encaminhado à Diretoria e à Mantenedora para análises e tomadas de decisões.

5. Referências

- ABRAMOWICZ, Mere. **Avaliação, Tomada de Decisões e Políticas: subsídios para um repensar.** Estudos em Avaliação Educacional. Jul./dez. p. 16-23, São Paulo, F.C.C., 1994.
- AMARAL, Alberto. **Modelos de Avaliação das Universidades.** In: Fundação das Universidades Portuguesas. Avaliação do desempenho das Universidades. Coimbra, Documenta, n. 1. p. 9-18, 1996.
- AMORIM, Antonio. **Avaliação Institucional da Universidade.** São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, Newton César e SOBRINHO, José Dias (org.) **Avaliação Institucional: teoria e experiências.** São Paulo: Cortez, 1995.
- BELLONI, Isaura. **Avaliação da Universidade: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente.** Anais da IV Conferência Brasileira de Educação, 1986.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.** Brasília, SESu, 1994.
- CEUB. **Proposta Pedagógica – CEUB.** Brasília: CEUB, 1998.
-

- COÊLHO, Ildeu Moreira. **Graduação: rumos e perspectivas.** Avaliação – revista da rede de avaliação institucional da educação superior. V.3. N.3, set.1998.
- Ensino de graduação: a lógica da organização do currículo.** Educação Brasileira – Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. V. 16. N. 33, jul./dez. 1994.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- DURAM, Eunice R. e SCHUARTZMAN, S. (org.) **Avaliação do Ensino Superior.** São Paulo, EDUSP, 1992.
- FIRME, Thereza Penna. **Avaliação: Tendências e Tendenciosidades.** In: SOUSA, Eda C. B. Machado (orgs). Avaliação de Currículos e Programas. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, pg. 105-113, 1998.
- FRANCO. Maria Laura P. Barbosa. **Qualidade de Ensino: critérios e avaliação de seus indicadores.** In: SOUSA, Eda C.B. Machado de (org.) Avaliação de currículos e de programas – leituras complementares. Brasília: UnB. Cátedra |Unesco de Avaliação a Distância, 1997 (v.3.).
- GARDNER, Don E. **Cinco estruturas de avaliação: implicações para decisões em educação superior.** Trad. Adriana Farah. In: SOUSA, Eda C.B. Machado (org.). Avaliação Institucional. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, 1998.
- JACOBSEN, Alessandra de Linhares (1996). **Avaliação Institucional em Universidades,** Florianópolis, Papa-Livro.
- RAPHAEL, Helia Sonia. **Avaliação: questão técnica ou prática?** In: SOUSA, Eda C.B. Machado (org.). Avaliação de Currículos e Programas. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, 1998.
- SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória.** 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Funções e Metodologias de Avaliação do Ensino Superior.** In: SOUSA, Eda C.B. Machado (org.). Avaliação Institucional. Brasília: UnB. Cátedra Unesco de Avaliação a Distância, 1998.
- Avaliação do Ensino Superior.** São Paulo: EDUSP. Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.
- SOUSA, Sandra Zákia Lian. **Revisando a teoria da aprendizagem.** In: SOUSA, Clarilza Prado (org.) Avaliação do rendimento escolar. 6ª ed., Campinas, São Paulo: Papyrus, 1977.
-



UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA LTDA.

Faculdade Peruíbe

Avenida Darcy Fonseca, 530 - Jardim dos Prados - CEP: 11750-000 - Peruíbe/SP
CNPJ: 67.172.676/0008-00 - Tel.: (13) 3456-3055 / 3456-2979 - www.faculdadeperiube.com.br

unisepe[®]
EDUCACIONAL

STUFFLEBEAM, D. **Alternativas em Avaliação Educacional**. In: SCRIVEN, M e STUFFLEBEAM, D. Avaliação Educacional – Perspectivas, Procedimentos e Alternativas. Petrópolis, R.J., Vozes, 1978.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **A avaliação institucional nas universidades brasileiras**: diagnostico e perspectivas. In: Estudos e debates: uma política de ensino superior. Brasília, Crub, n. 20, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 1998.

Leandro Cardozo Batista

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Faculdade de Peruíbe
